

STJ00115284

Alana Ramos Araujo

**CONCEITO JURÍDICO DE MEIO AMBIENTE
NO DIREITO BRASILEIRO**

Appris
editora

Editora Appris Ltda.

1ª Edição - Copyright© 2022 dos autores

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

1223726

Araujo, Alana Ramos
A663c Conceito jurídico de meio ambiente no direito brasileiro /
2022 Alana Ramos Araujo. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2022.
313 p.; 23 cm. - (Direito e constituição).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-250-1985-7

1. Direito - Brasil. 2. Meio ambiente. I. Título. II. Série.

CDD - 340

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
Editora

Editora e Livraria Appris Ltda
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156-4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO	23
1.1 CONCEITO JURÍDICO DE MEIO AMBIENTE COMO OBJETO DA CIÊNCIA. 24	
1.2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS, VIAS DE ABORDAGEM E DESIGN PROCEDIMENTAL	32
1.3 A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO JURÍDICO DE MEIO AMBIENTE.....	38
1.4 ESTRUTURA DO LIVRO.....	40

2

DO PROBLEMA DE COMO AS COISAS ESTÃO POSTAS	43
2.1 PROLEGÔMENOS: AQUILO QUE É DITO ANTES.	43
2.1.1 Crise ambiental: a altruísta agonia planetária.	44
2.1.2 Insuficiências da ciência moderna.	49
2.1.3 <i>Deficit</i> de racionalidade do direito.....	55
2.2 DESCRIÇÃO DO MEIO AMBIENTE PELA CIÊNCIA JURÍDICA: O CONCEITO DOUTRINÁRIO	60
2.2.1 Meio Ambiente: matriz econômica e fundamentalidade na ciência e na técnica jurídicas.....	76

3

AOS NOVOS PARADIGMAS DE MEIO AMBIENTE, DE CIÊNCIA E DE DIREITO	87
3.1 RACIONALIDADE AMBIENTAL: PARA UMA ESTRATÉGIA DE GESTÃO DA CRISE AMBIENTAL	87
3.1.1 Premissas da racionalidade ambiental.....	88
3.1.2 Construção conceitual da racionalidade ambiental.....	96
3.1.3 Níveis da racionalidade ambiental.....	98
3.1.4 Axiomas da racionalidade ambiental.....	103
3.1.4.1 O axioma do pensamento complexo, a complexidade ambiental e sua aplicação no campo do direito	104
3.1.5 Objetivo da racionalidade ambiental.....	116
3.2 PENSAMENTO COMPLEXO: PARA UM MODELO DE CIÊNCIA NÃO POSITIVISTA.....	127

3.2.1 O paradigma sistêmico no pensamento complexo: bases epistemológicas para uma abordagem sistêmica.....	150
3.3 TEORIA SISTÊMICA DO DIREITO: PARA UMA COMUNICAÇÃO JURÍDICA COGNITIVAMENTE ABERTA AOS VALORES AMBIENTAIS.....	162
4	
OBSERVAÇÕES SISTÊMICAS SOBRE O CONCEITO DE MEIO AMBIENTE.....	199
4.1 OBSERVAÇÕES DE PRIMEIRA ORDEM: O CONCEITO DESDE A PERIFERIA	200
4.1.1 Conceito legal de meio ambiente.....	200
4.1.2 Conceito constitucional de meio ambiente.....	209
4.2 OBSERVAÇÕES DE SEGUNDA ORDEM: O CONCEITO DESDE O CENTRO	217
4.2.1 Atribuição de sentido ao meio ambiente no STJ.....	236
4.2.2 Atribuição de sentido ao meio ambiente nos TRFs.....	242
5	
OBSERVAÇÕES DE TERCEIRA ORDEM: O CONCEITO DESDE O ENTORNO À GUIA DE CONCLUSÕES PROVISÓRIAS.....	281
REFERÊNCIAS	295